

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA SUA EFETIVAÇÃO — UMA REVISÃO INTEGRATIVA

INCLUSIVE EDUCATION IN THE SCHOOL CONTEXT: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR ITS IMPLEMENTATION — AN INTEGRATIVE REVIEW

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-073>

Cristiano José Moura Marques

Doutorando em Ciências da Educação

Faculdade Alfredo Nasser de Remanso - BA

E-mail: cristianomarx@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0769-5883>

Resumo

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, exigindo que as instituições escolares assegurem condições efetivas de acesso, participação, aprendizagem e permanência dos estudantes. O estudo analisa os principais desafios e perspectivas relacionados à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, orientada pelo método indutivo. A pesquisa examinou 12 artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, selecionados conforme critérios de pertinência temática e analisados por meio de categorias temáticas. Os resultados evidenciaram três eixos principais: formação docente e práticas pedagógicas inclusivas; políticas públicas, acessibilidade e condições institucionais; e gestão escolar, participação familiar e trabalho colaborativo. Foram identificados desafios relacionados à formação profissional, flexibilização curricular, recursos pedagógicos, acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado e articulação entre os diferentes sujeitos do processo educativo. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva possui caráter multidimensional e depende da integração entre políticas educacionais, organização institucional, formação profissional, práticas pedagógicas e participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Acessibilidade; Contexto Escolar; Educação Inclusiva; Inclusão Escolar.

Abstract

Inclusive education is a fundamental principle for ensuring the right to education, requiring educational institutions to guarantee effective conditions for students' access, participation, learning, and permanence. The study analyzes the main challenges and perspectives related to the implementation of inclusive education in the school context. This is an integrative literature review of a basic nature, with a qualitative,

exploratory, and descriptive approach, guided by the inductive method. The research examined 12 scientific articles published between 2021 and 2025, selected according to thematic relevance criteria and analyzed through thematic categories. The results revealed three main axes: teacher education and inclusive pedagogical practices; public policies, accessibility, and institutional conditions; and school management, family participation, and collaborative work. Challenges were identified regarding professional training, curriculum flexibility, pedagogical resources, accessibility, Specialized Educational Support, and coordination among the different actors involved in the educational process. It is concluded that the implementation of inclusive education is multidimensional and depends on the integration of educational policies, institutional organization, professional training, pedagogical practices, and school community participation.

Keywords: Accessibility; Inclusive Education; School Context; School Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva ocupa posição relevante nos debates educacionais contemporâneos por estar diretamente relacionada à garantia do direito à educação e ao reconhecimento das diferenças existentes no ambiente escolar. Sua efetivação ultrapassa a simples matrícula do estudante no ensino regular, pois pressupõe condições de acesso, participação, aprendizagem, desenvolvimento e permanência. Dessa forma, a inclusão exige transformações na organização escolar, no currículo e nas práticas pedagógicas para atender à diversidade dos estudantes (Freitas, 2023; Uchôa; Chacon, 2022).

Historicamente, a escolarização das pessoas com deficiência foi marcada por práticas de exclusão e segregação, posteriormente substituídas por propostas de integração e inclusão. No Brasil, esse processo foi acompanhado pela ampliação das legislações e políticas educacionais voltadas ao direito à escolarização no ensino regular. Apesar desses avanços normativos, a consolidação da educação inclusiva ainda depende da transformação das concepções e práticas desenvolvidas nas instituições escolares (Bueno; Bueno; Portilho, 2023).

Persistem, entretanto, diferentes obstáculos à concretização da inclusão, entre eles dificuldades relacionadas à acessibilidade curricular, aos materiais didáticos, ao número de estudantes por turma, à formação dos professores, ao Atendimento Educacional Especializado e à disponibilidade de recursos apropriados. Nesse sentido, a garantia formal do acesso não assegura, por si só, condições adequadas de participação e aprendizagem, evidenciando a necessidade de analisar a inclusão para além da presença física do estudante na escola regular (Boff; Machado, 2024; Pletsch; Mendes, 2024).

A formação docente constitui uma dimensão essencial nesse processo, uma vez que os professores atuam diretamente diante das diferentes necessidades de aprendizagem presentes em sala de aula. Práticas

inclusivas exigem conhecimentos que possibilitem diversificar metodologias, adaptar estratégias e ampliar oportunidades de participação. Entretanto, a atuação docente não pode ser analisada isoladamente, pois também depende das condições de trabalho, dos recursos institucionais, do currículo e do apoio oferecido pela organização escolar (Pletsch, 2009; Barbosa; Bezerra, 2021).

Além da formação profissional, a efetivação da educação inclusiva demanda participação coletiva da gestão escolar, dos profissionais especializados, das famílias e da comunidade. O diálogo entre família e escola pode favorecer a compreensão das particularidades dos estudantes e a construção de estratégias mais adequadas às suas necessidades. Da mesma forma, metodologias que valorizem participação, cooperação e diversidade podem contribuir para a construção de ambientes mais inclusivos (Guimarães; Cia, 2024; Muntaner-Guasp; Mut-Amengual; Pinya-Medina, 2022).

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de sistematizar as evidências científicas relacionadas aos desafios e às possibilidades de efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. A literatura evidencia que ainda existem distâncias entre o direito formalmente assegurado e sua concretização cotidiana nas instituições de ensino. Também se mostra necessário distinguir os conceitos de acesso, acessibilidade e inclusão, evitando reduzir o processo inclusivo à matrícula ou à presença do estudante na escola regular (Freitas, 2023; Piccolo, 2023).

Diante desse contexto, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os principais desafios e perspectivas para a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar evidenciados pela produção científica? Parte-se do pressuposto de que, embora tenham ocorrido avanços nas políticas de inclusão e no acesso ao ensino regular, ainda permanecem barreiras relacionadas à infraestrutura, formação profissional, currículo, recursos pedagógicos e organização dos serviços educacionais, dificultando a consolidação de práticas efetivamente inclusivas.

O objetivo geral consiste em analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, os principais desafios e perspectivas relacionados à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se compreender seus fundamentos históricos e conceituais; identificar obstáculos estruturais, pedagógicos e institucionais; e analisar a contribuição da formação docente, da acessibilidade, das práticas pedagógicas e da participação familiar para a construção de ambientes escolares inclusivos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo. Esse delineamento foi adotado com a finalidade de reunir, sistematizar e interpretar evidências científicas relacionadas aos

desafios e às perspectivas para a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar, considerando dimensões pedagógicas, institucionais, sociais e políticas.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza, a investigação classifica-se como básica, uma vez que busca ampliar o conhecimento científico acerca dos desafios e das perspectivas relacionados à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar, sem promover intervenção direta em uma instituição específica. Em relação aos objetivos, apresenta caráter exploratório e descritivo, pois procura aprofundar a compreensão da temática e sistematizar aspectos recorrentes identificados na produção científica.

A abordagem adotada é qualitativa, considerando que o objeto investigado exige interpretação dos conteúdos, conceitos, experiências e resultados apresentados nos estudos selecionados. Essa perspectiva possibilitou compreender a educação inclusiva em sua complexidade e analisar aspectos pedagógicos, institucionais, sociais e políticos, identificando convergências, divergências e relações entre as evidências encontradas.

Quanto ao método científico, adotou-se o método indutivo, partindo da análise individual das produções selecionadas para a identificação de padrões, recorrências e categorias mais abrangentes sobre a educação inclusiva. Esse procedimento orientou a integração dos achados e a construção das interpretações apresentadas, mantendo coerência com o problema de pesquisa e os objetivos estabelecidos.

2.2 FONTES, DESCRITORES E INSTRUMENTOS DE BUSCA

A revisão integrativa foi desenvolvida mediante levantamento, seleção, leitura e análise de artigos científicos relacionados à educação inclusiva no contexto escolar. Foram utilizadas fontes secundárias localizadas nas bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES, ERIC e Google Acadêmico, priorizando publicações científicas disponíveis integralmente e diretamente relacionadas à questão norteadora.

As buscas ocorreram entre junho e agosto de 2026, utilizando os descritores “Educação Inclusiva”, “Educação Especial”, “Inclusão Escolar”, “Formação de Professores” e “Acessibilidade”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, conforme a pertinência de cada estratégia de busca. Foram considerados artigos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e diretamente relacionados ao objeto investigado.

Como instrumento de coleta e sistematização, utilizou-se uma matriz de extração elaborada especificamente para a revisão. Nela foram registrados autoria, ano de publicação, título, objetivo, abordagem metodológica, contexto investigado, principais resultados e contribuições para a educação inclusiva. Esse procedimento possibilitou padronizar o levantamento das informações e realizar comparação sistemática entre os estudos.

2.3 UNIVERSO, AMOSTRA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O universo da pesquisa compreendeu produções científicas relacionadas à educação inclusiva no contexto escolar, especialmente aquelas que discutiam políticas educacionais, formação docente, acessibilidade, práticas pedagógicas, gestão escolar e participação familiar. A delimitação desse universo considerou o caráter multidimensional da inclusão, cuja efetivação depende da articulação entre fatores pedagógicos, institucionais, políticos e sociais.

A amostra foi definida por seleção intencional, considerando a pertinência das publicações ao problema e aos objetivos da revisão. Foram incluídos artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis na íntegra e relacionados diretamente à educação inclusiva no contexto escolar. Ao final do processo de seleção, o corpus foi constituído por 12 artigos científicos.

Foram excluídas publicações sem acesso integral ao texto e estudos sem relação direta com o objeto investigado. O recorte temporal de 2021 a 2025 foi aplicado à composição da amostra analítica, enquanto produções anteriores a esse período foram utilizadas exclusivamente na fundamentação teórica quando consideradas relevantes para a compreensão conceitual do tema. Os resultados, portanto, representam as características do corpus selecionado e não pretendem abranger toda a produção científica existente sobre educação inclusiva.

2.4 COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados ocorreu entre junho e agosto de 2026. O processo compreendeu a identificação das publicações nas fontes selecionadas, leitura de títulos e resumos, aplicação dos critérios de elegibilidade e posterior leitura integral dos artigos compatíveis com a questão norteadora. As etapas foram desenvolvidas sequencialmente, buscando assegurar coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos e a composição da amostra.

Após a seleção, os 12 artigos foram organizados na matriz de extração, contemplando autoria, ano, título, objetivo, metodologia, contexto investigado, principais resultados e contribuições. Posteriormente, as informações foram agrupadas conforme sua proximidade temática, permitindo identificar recorrências e diferenças entre os estudos e sistematizar as evidências relacionadas à efetivação da educação inclusiva.

A análise dos dados foi realizada mediante análise temática de caráter qualitativo. Inicialmente, procedeu-se à leitura integral das produções e à identificação das unidades de significado relacionadas à questão norteadora. Em seguida, os achados foram agrupados em categorias analíticas construídas a partir das convergências observadas na literatura e interpretados à luz do referencial teórico, especialmente das discussões sobre barreiras à inclusão, acessibilidade, formação docente, práticas pedagógicas, políticas educacionais e participação da comunidade escolar.

Os resultados foram organizados em três categorias temáticas: formação docente e práticas pedagógicas inclusivas; políticas públicas, acessibilidade e condições institucionais; e gestão escolar, participação familiar e trabalho colaborativo. Essa categorização possibilitou estruturar os achados de acordo com os principais eixos identificados no corpus e analisar de forma integrada as diferentes dimensões relacionadas à inclusão escolar.

2.5 ASPECTOS ÉTICOS E LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Por utilizar exclusivamente artigos científicos de acesso público, sem participação direta de seres humanos, coleta de informações pessoais ou utilização de dados sensíveis, a pesquisa não envolveu procedimentos de intervenção ou obtenção direta de dados junto a participantes. Foram observados os princípios de integridade acadêmica, respeito à autoria, correta identificação das fontes e fidelidade aos sentidos e resultados apresentados pelos autores consultados.

Entre as limitações metodológicas, destacam-se o recorte temporal adotado, a quantidade de estudos incluídos, a diversidade metodológica das pesquisas analisadas e a delimitação das fontes consultadas. Essas características podem restringir o alcance das evidências identificadas e dificultar comparações uniformes entre os estudos. Tais limitações, entretanto, delimitam o campo de interpretação dos resultados e devem ser consideradas na compreensão das conclusões produzidas a partir do corpus analisado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 12 artigos que compõem o corpus da revisão integrativa permitiu identificar convergências e particularidades relacionadas à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. Os resultados foram organizados em três categorias analíticas: formação docente e práticas pedagógicas inclusivas; políticas públicas, acessibilidade e condições institucionais; e gestão escolar, participação familiar e trabalho colaborativo. Essa organização decorreu das recorrências verificadas nos estudos e possibilitou articular os principais achados aos objetivos da pesquisa e ao referencial teórico adotado.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E PANORAMA GERAL DOS RESULTADOS

De modo geral, os estudos analisados evidenciaram dificuldades relacionadas à formação inicial e continuada dos professores, flexibilização curricular, adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas, oferta do Atendimento Educacional Especializado, disponibilidade de recursos acessíveis e adequação das condições institucionais. Também foram identificados obstáculos referentes ao número de estudantes por turma, materiais didáticos, processos avaliativos, transporte acessível e articulação entre os profissionais envolvidos no processo educacional.

Os resultados indicam que a efetivação da educação inclusiva apresenta caráter multidimensional e não pode ser atribuída exclusivamente ao professor, ao estudante ou à existência de legislação específica. Embora os estudos reconheçam avanços normativos e ampliação do acesso à escola regular, permanecem barreiras estruturais, pedagógicas, institucionais e atitudinais que interferem nas condições de participação, aprendizagem e permanência dos estudantes. Riboli e Pertuzzatti (2025), por exemplo, demonstram que mesmo em contextos nos quais existem políticas e serviços inclusivos persistem necessidades relacionadas à infraestrutura, formação profissional, adaptação curricular e conscientização social.

3.2 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Quadro 1 – Síntese dos estudos sobre formação docente e práticas pedagógicas na educação inclusiva

Autor(es)/ano	Categoria abordada	Síntese do pensamento dos autores	Contribuição para o estudo
Barbosa e Bezerra (2021)	Formação docente e currículo	A efetivação da educação inclusiva exige professores preparados para atuar diante da heterogeneidade da sala de aula, utilizando metodologias flexíveis e considerando as particularidades e os ritmos de aprendizagem dos estudantes.	Evidencia que a formação docente deve estar articulada à transformação curricular e metodológica.
Muntaner-Guasp, Mut-Amengual e Pinya-Medina (2022)	Metodologias inclusivas	Embora os fundamentos teóricos da inclusão estejam consolidados, sua implementação nas escolas demanda mudanças concretas nos processos de ensino e aprendizagem.	Reforça a necessidade de metodologias que favoreçam participação e aprendizagem dos diferentes estudantes.
Brostolin e Souza (2023)	Prática pedagógica inclusiva	A inclusão requer que a escola supere a simples inserção física do estudante e desenvolva ações pedagógicas capazes de assegurar permanência, participação e aprendizagem.	Amplia a compreensão da inclusão como transformação da prática escolar.
Pletsch e Mendes (2024)	Planejamento e diferenciação pedagógica	A diversidade demanda práticas planejadas, diferenciação de estratégias, recursos específicos e instrumentos como o Planejamento Educacional Individualizado, quando necessários.	Demonstra que equidade pedagógica não significa oferecer procedimentos idênticos a todos os estudantes.
Boff e Machado (2024)	Formação e concepção inclusiva	A formação dos profissionais precisa superar perspectivas centradas no déficit e incorporar concepções fundamentadas nas potencialidades, nos direitos e na remoção de barreiras.	Relaciona formação docente à mudança de concepções sobre deficiência e inclusão.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos que compõem o corpus da revisão (2026).

Os resultados dessa categoria demonstram convergência quanto à insuficiência de uma inclusão limitada à matrícula ou à presença física do estudante na sala de aula. A efetivação das práticas inclusivas requer formação profissional, planejamento, flexibilização curricular, metodologias diversificadas e estratégias que reconheçam as diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem. Barbosa e Bezerra (2021) relacionam diretamente a preparação dos professores à transformação curricular e metodológica, enquanto Pletsch e Mendes (2024) destacam a importância de estratégias diferenciadas e recursos específicos.

Muntaner-Guasp, Mut-Amengual e Pinya-Medina (2022) demonstram que a consolidação teórica dos princípios inclusivos não garante sua materialização nos processos de ensino e aprendizagem. Brostolin e Souza (2023), de forma complementar, defendem que a inclusão deve assegurar participação, aprendizagem e permanência, ultrapassando a simples inserção do estudante no espaço escolar. Boff e Machado (2024) acrescentam que a formação profissional precisa superar concepções centradas exclusivamente nas limitações individuais e incorporar perspectivas baseadas em direitos, potencialidades e remoção de barreiras.

Esses achados reforçam a compreensão de que a formação docente não deve ser tratada como elemento isolado. Sua efetividade depende das condições curriculares, pedagógicas e institucionais disponíveis para que o professor desenvolva práticas capazes de responder à heterogeneidade existente na escola. Assim, a responsabilidade pela inclusão não pode ser transferida exclusivamente ao docente, pois requer suporte institucional e reorganização dos processos educativos.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSIBILIDADE E CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Quadro 2 – Síntese dos estudos sobre políticas públicas, acessibilidade e condições para a efetivação da inclusão

Autor(es)/ano	Categoria abordada	Síntese do pensamento dos autores	Contribuição para o estudo
Freitas (2023)	Acesso, acessibilidade e inclusão	Acesso, acessibilidade e inclusão devem ser compreendidos como conceitos distintos, pois a presença do estudante na escola não assegura, isoladamente, sua participação efetiva.	Permite analisar criticamente a diferença entre matrícula e inclusão educacional efetiva.
Pletsch e Mendes (2024)	Barreiras estruturais e institucionais	Persistem dificuldades relacionadas à acessibilidade curricular, materiais didáticos, tamanho das turmas, formação profissional, AEE, avaliação e transporte acessível.	Evidencia o caráter multidimensional das barreiras encontradas nos sistemas de ensino.
Boff e Machado (2024)	Direito e implementação	A existência de marcos legais não garante, por si só, transformação das escolas, sendo necessária a superação de práticas integradoras e segregadoras.	Sustenta a análise da distância entre proteção normativa e realidade educacional.
Riboli e Pertuzzatti (2025)	Políticas públicas e infraestrutura	Apesar dos avanços na proteção jurídica e no acesso, permanecem dificuldades relacionadas a recursos financeiros, infraestrutura, formação, serviços especializados e resistência institucional.	Demonstra que políticas inclusivas dependem de condições institucionais concretas para sua efetivação.
Piccolo (2023)	Acessibilidade e crítica conceitual	A inclusão necessita ser pensada para além do discurso, incorporando transformações físicas, pedagógicas, curriculares e atitudinais que assegurem condições equitativas de participação.	Acrescenta uma perspectiva crítica ao conceito tradicional de educação inclusiva.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos que compõem o corpus da revisão (2026).

A segunda categoria evidencia uma das convergências mais expressivas entre os estudos: o reconhecimento jurídico do direito à educação inclusiva não elimina automaticamente as barreiras presentes nas instituições escolares. Pletsch e Mendes (2024) identificam dificuldades relacionadas aos materiais acessíveis, formação profissional, Atendimento Educacional Especializado, avaliação e outras condições

de oferta, enquanto Riboli e Pertuzzatti (2025) demonstram que avanços no acesso podem coexistir com obstáculos físicos, tecnológicos, pedagógicos e sociais.

Freitas (2023) contribui para essa discussão ao distinguir acesso, acessibilidade e inclusão, demonstrando que matrícula e presença física não correspondem necessariamente à participação efetiva. Essa interpretação aproxima-se da crítica apresentada por Piccolo (2023), segundo a qual a inclusão precisa produzir mudanças concretas nas dimensões físicas, curriculares, pedagógicas e atitudinais da escola.

Boff e Machado (2024) reforçam que os avanços legais constituem condição importante, mas insuficiente para transformar a realidade educacional. Sob essa perspectiva, a efetivação das políticas inclusivas depende da existência de condições materiais e organizacionais capazes de converter os direitos estabelecidos normativamente em experiências efetivas de participação e aprendizagem. Os resultados, portanto, revelam uma distância ainda existente entre proteção jurídica, acesso escolar e inclusão plenamente concretizada.

3.4 GESTÃO ESCOLAR, PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E TRABALHO COLABORATIVO

Quadro 3 – Síntese dos estudos sobre gestão escolar, participação familiar e trabalho colaborativo

Autor(es)/ano	Categoria abordada	Síntese do pensamento dos autores	Contribuição para o estudo
Guimarães e Cia (2024)	Gestão e relação família-escola	A gestão escolar exerce papel relevante na aproximação entre professores e famílias de crianças com deficiência, sendo a formação dos gestores e da equipe escolar uma estratégia para fortalecer essa relação.	Evidencia a gestão como articuladora das relações necessárias à inclusão.
Rech e Freitas (2021)	Família e colaboração	A construção de uma relação colaborativa entre família e escola depende da superação de barreiras comunicacionais e relacionais, particularmente no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.	Demonstra que a participação familiar deve ocorrer como parceria e não apenas como acompanhamento periférico.
Guimarães e Cia (2024)	Apoio pedagógico da gestão	Professores procuram gestores e profissionais do AEE quando encontram dificuldades para responder às necessidades específicas dos estudantes, evidenciando a importância do apoio institucional e do compartilhamento de estratégias.	Reforça a necessidade de gestão articulada ao trabalho pedagógico.
Riboli e Pertuzzatti (2025)	Participação da comunidade	A implementação da educação inclusiva demanda conscientização social e participação das famílias, além de professores, gestores e equipes multidisciplinares.	Amplia a inclusão para uma perspectiva institucional e comunitária.
Uchôa e Chacon (2022)	Participação e diversidade	A educação inclusiva requer reconhecimento das diferenças, participação ativa dos sujeitos e construção de práticas pedagógicas democráticas.	Fundamenta o entendimento da inclusão como processo coletivo sustentado pela diversidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos que compõem o corpus da revisão (2026).

Os resultados dessa categoria evidenciam que a inclusão escolar depende de relações colaborativas entre diferentes sujeitos. Guimarães e Cia (2024) destacam a gestão escolar como elemento articulador entre professores, famílias e profissionais especializados, demonstrando que o apoio institucional se torna

especialmente relevante quando os docentes encontram dificuldades para atender às necessidades específicas dos estudantes.

Rech e Freitas (2021) indicam que a participação familiar precisa assumir caráter efetivamente colaborativo, superando barreiras comunicacionais e relações nas quais a família ocupa posição apenas periférica. Riboli e Pertuzzatti (2025) ampliam essa perspectiva ao incluir professores, gestores, equipes multidisciplinares e comunidade na construção das práticas inclusivas. Uchôa e Chacon (2022), por sua vez, relacionam inclusão ao reconhecimento das diferenças, à participação ativa dos sujeitos e à construção de práticas pedagógicas democráticas.

A análise desses estudos demonstra que a gestão escolar não exerce apenas função administrativa no processo inclusivo. Sua atuação envolve organização das condições institucionais, articulação dos profissionais, aproximação com as famílias e fortalecimento do trabalho colaborativo. Dessa maneira, a inclusão assume caráter coletivo, exigindo corresponsabilidade dos diferentes participantes da comunidade escolar.

3.5 SÍNTESE E IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

A análise integrada das três categorias confirma a compreensão da educação inclusiva como processo que ultrapassa o acesso e a permanência física do estudante na escola. Os achados demonstram que participação, aprendizagem e acessibilidade dependem da remoção de barreiras pedagógicas, institucionais e atitudinais. Essa interpretação aproxima-se de Freitas (2023), ao diferenciar acesso, acessibilidade e inclusão, e de Boff e Machado (2024), cuja abordagem desloca parte da análise das limitações individuais para as barreiras produzidas pelo próprio contexto escolar.

Observou-se expressiva convergência entre os estudos quanto à importância da formação docente, flexibilização curricular, disponibilidade de recursos, atuação da gestão e participação familiar. Pletsch e Mendes (2024) evidenciam dificuldades relacionadas à acessibilidade curricular, materiais didáticos, formação profissional, AEE e avaliação; Barbosa e Bezerra (2021) enfatizam metodologias flexíveis orientadas pela diversidade; e Guimarães e Cia (2024) demonstram a relevância da articulação entre gestão, professores e famílias.

A análise conjunta permite compreender a inclusão como responsabilidade multidimensional e compartilhada. Os avanços normativos não produzem automaticamente práticas inclusivas, uma vez que sua concretização depende de condições materiais, formação profissional, reorganização curricular, acessibilidade e participação coletiva. A coexistência entre ampliação do acesso e permanência de obstáculos estruturais, tecnológicos e pedagógicos reforça a necessidade de atuação articulada entre políticas públicas, práticas pedagógicas e organização institucional.

No plano prático, os achados indicam que o fortalecimento da formação profissional, do planejamento pedagógico, do trabalho colaborativo e da relação entre escola e família pode ampliar as condições de participação e aprendizagem. As dificuldades identificadas quanto ao currículo, recursos pedagógicos, acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado e articulação institucional demonstram que ações pontuais são insuficientes diante do caráter integrado das demandas encontradas.

No plano teórico, os resultados reforçam que educação inclusiva, acesso e acessibilidade não devem ser empregados como conceitos equivalentes. A síntese dos estudos sustenta uma perspectiva multidimensional e aproxima-se do modelo social da deficiência, no qual a análise se desloca das limitações individuais para as barreiras presentes no ambiente educacional. Consequentemente, participação, aprendizagem, equidade e transformação das estruturas escolares devem ser compreendidas como dimensões interdependentes da inclusão.

Metodologicamente, a revisão integrativa possibilitou reunir estudos com diferentes delineamentos e reconhecer padrões recorrentes relacionados à formação docente, práticas pedagógicas, políticas públicas, acessibilidade, gestão e participação familiar. Entretanto, o recorte temporal, os critérios de seleção e a diversidade metodológica das produções delimitam o alcance das interpretações, apontando para a pertinência de pesquisas futuras que ampliem as bases consultadas, os períodos analisados e a investigação de diferentes contextos educacionais.

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, os principais desafios e perspectivas relacionados à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. A análise dos 12 artigos selecionados permitiu responder à questão norteadora e demonstrou que a consolidação da inclusão depende da articulação entre formação docente, práticas pedagógicas, acessibilidade, políticas públicas, gestão escolar, participação familiar e condições institucionais.

Os principais resultados evidenciaram que os avanços normativos e a ampliação do acesso ao ensino regular, embora fundamentais, não garantem isoladamente participação, aprendizagem e permanência dos estudantes. Permanecem desafios relacionados à formação inicial e continuada dos profissionais, flexibilização curricular, disponibilidade de recursos acessíveis, Atendimento Educacional Especializado, planejamento pedagógico, infraestrutura e articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo.

A pesquisa também demonstrou que a educação inclusiva deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, superando concepções que a restringem à matrícula ou à presença física do estudante na escola. Nesse sentido, distinguir acesso, acessibilidade e inclusão torna-se fundamental para compreender

que a efetivação do direito à educação exige a eliminação de barreiras pedagógicas, estruturais, comunicacionais e atitudinais, além da criação de condições equitativas de participação e aprendizagem.

Como contribuição acadêmica, social e institucional, o estudo sistematiza diferentes dimensões da educação inclusiva que frequentemente são analisadas separadamente e evidencia a necessidade de responsabilidade compartilhada entre professores, gestores, profissionais especializados, famílias e formuladores de políticas públicas. Os achados podem subsidiar reflexões sobre formação profissional, planejamento pedagógico, organização escolar e construção de ambientes educacionais orientados pela diversidade, participação e garantia do direito à aprendizagem.

As conclusões devem ser compreendidas considerando o recorte temporal, os critérios de seleção das publicações e a diversidade metodológica dos estudos analisados. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem as bases de dados e os períodos investigados e desenvolvam estudos de campo em diferentes contextos escolares, permitindo examinar como políticas, práticas pedagógicas, acessibilidade, gestão e participação familiar se materializam no cotidiano das instituições e quais estratégias apresentam maior efetividade para a consolidação da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1–11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871>. Acesso em: 17 ago. 2026.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024. DOI: 10.1590/1984-0411.85133.

BROSTOLIN, Marta Regina; SOUZA, Tânia Maria Filiú de. A docência na Educação Infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 43, n. 119, p. 52–62, jan./abr. 2023. DOI: 10.1590/CC256578.

BUENO, Josiane Jocoski; BUENO, Sávio; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, e023038, 2023. DOI: 10.21723/riace.v18i00.17822.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, e10084, 2023. DOI: 10.1590/1980531410084.

GUIMARÃES, Cristiane de Azevedo; CIA, Fabiana. Opinião de gestores da Educação Infantil sobre família e inclusão escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 18, e544179, p. 1–18, 2024. DOI: 10.14244/198271995441.

MUNTANER-GUASP, Joan Jordi; MUT-AMENGUAL, Bartomeu; PINYA-MEDINA, Carme. Las metodologías activas para la implementación de la educación inclusiva. **Revista Electrónica Educare**, Heredia, v. 26, n. 2, p. 85–105, maio/ago. 2022. DOI: 10.15359/ree.26-2.5.

PICCOLO, Gustavo Martins. Por que devemos abandonar a ideia de educação inclusiva. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e260386, 2023. DOI: 10.1590/ES.260386.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143–156, 2009. DOI: 10.1590/S0104-40602009000100010.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Cartografias da Educação Inclusiva na Educação Especial: produção científica, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e143p, p. 1–18, 2024. DOI: 10.1590/1980-54702024v30e143p.

RECH, Andréia Jaqueline Devalle; FREITAS, Soraia Napoleão. A importância da superação de barreiras entre família e escola para a construção de um trabalho colaborativo em prol da inclusão escolar do filho e aluno com altas habilidades/superdotação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, e21, p. 1–26, 2021. DOI: 10.5902/1984686X55329.

RIBOLI, Cesar; PERTUZZATTI, Mariluz Terezinha. Educação Especial Inclusiva e Políticas Públicas: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 31, e0156, p. 1–22, 2025. DOI: 10.1590/1980-54702025v31e0156.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, e46, p. 1–18, 2022. DOI: 10.5902/1984686X69277.